

EDITORIAL • Governo Aberto: Transparência, Participação e Ouvidoria

<https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v18i33.1027>

As transformações do Estado e do contexto socioeconômico e tecnológico, observadas no Brasil e no mundo desde a década de 1980, contribuíram para a consolidação da concepção de *accountability* democrática, imbricando em “novas” práticas institucionais governamentais voltadas à promoção de maior eficácia, eficiência e efetividade aos serviços públicos (Brelàz et al., 2025).

Nesse contexto, há uma pressão e um delineamento em busca de legitimidade que conduz o Estado a adotar práticas de governança com vias a induzir que as ações públicas ocorram de forma transparente, ética e alinhada com as expectativas dos cidadãos. Dessa forma, ainda que de forma fragmentada, emergem ações voltadas à implementação de mecanismos como controles na administração pública, em especial controle social, transparência, e criação de espaços e políticas públicas institucionalizadas.

Assim, cunha-se o termo *Open Government* (Governo Aberto) dentro de uma nova onda de reformas da administração pública, a partir de 2010 com ênfase em um governo mais colaborativo e participativo, focado no princípio central da abertura com o objetivo de impactar a eficácia da gestão (Ingrams et al., 2020)).

Nesse contexto, o conceito de Governo Aberto, originalmente associado ao acesso à informação e à transparência, passou a incorporar outras dimensões em sua gramática institucional, como participação social, colaboração e uso de tecnologias da informação (Gil-Garcia et al., 2020). Como ponderam Calderón e Lorenzo (2010), para colher os objetivos da proposta de governo aberto há de se observar a disposição dos gestores públicos em pôr em processo a descentralização e compartilhamento de poder com os cidadãos (Calderón & Lorenzo, 2010).

Inicialmente a agenda de governo aberto foi consolidada como uma iniciativa centrada no Poder Executivo, em especial com a criação da *Open Government Partnership* — *OGP* (Aliança para o Governo Aberto — *AGA*) em setembro de 2011, como resultado da iniciativa de oito países — Estados Unidos, Filipinas, Brasil, Reino Unido, México, Indonésia, Noruega –, com o objetivo de envolver governos nacionais e subnacionais para promover práticas institucionalizadas de governo aberto (via planos de ação), capacitar os cidadãos, combater a corrupção e aproveitar novas tecnologias para fortalecer a governança (Oszlak, 2022). Destaca-se que o Brasil está na condição de copresidência da *OGP* para o biênio 2025–2026.

Todavia, como bem ressalta Oszlak (2022), dada a ampliação do uso de práticas abertas, formalmente expressa por parte de Poder Executivo em seus diversos níveis, Poder Legislativo a partir dos Parlamentos, Poder Judiciário a partir dos diferentes tribunais de justiça, órgãos públicos de controle ou outras instituições estatais ou paraestatais, coadunam-se, de forma articulada, à promoção da abertura de seus repositórios de dados, o acesso dos cidadãos à informação, a participação social nas diferentes fases do ciclo de políticas públicas, responsabilidade e, em geral, o controle da gestão pública pelos cidadãos (Oszlak, 2014), este termo para maior precisão deveria ser “Estado Aberto” para abarcar a multiplicidades de experiências ao redor do mundo.

É a partir deste contexto que este dossiê especial “Governo Aberto: Transparência, Participação e Ouvidoria” surge como espaço para agregar a produção científica voltada à temática e é fruto de uma cuidadosa seleção de trabalhos submetidos à chamada.

A proposta foi reunir artigos fruto de experiências de aprofundamento da *accountability* a partir da adoção de aspectos do paradigma do Governo Aberto, de modo a fomentar o debate sobre a promoção de uma administração pública mais democrática, transparente, colaborativa e acessível, por meio de práticas que fortaleçam a integridade, o controle social e a ampliação da confiança entre Estado e sociedade.

O dossiê recebeu 47 submissões, um número recorde que evidencia a saliência e premência do tema como campo e agenda de pesquisa. Após um rígido processo de avaliação, foram selecionados oito artigos para publicação que tocam em temas de significativa contribuição para a administração pública.

Somam-se a este conjunto duas entrevistas que abrem o dossiê e abordam questões centrais sobre governo aberto, com destaque para a participação brasileira na iniciativa Open Government Partnership (OGP). A primeira foi realizada com a Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação da Controladoria-Geral da União, Livia Sobota, tendo como entrevistadora a Diretora do InternetLab Fernanda Campagnucci. A segunda entrevista, com Steph Muchai, Co-Chair da Open Government Partnership (OGP), foi realizada pelo Professor Mário Vinícius Claussen Spinelli, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), sendo ambos os entrevistadores Editores Especiais convidados da Revista da CGU.

Encerrando a edição são apresentados três trabalhos recebidos pelo fluxo contínuo de submissões. Na sequência, apresentam-se os trabalhos em ordem de publicação.

Inaugurando o conjunto de artigos, no estudo **Gamificação e transparência pública: uma proposta de aplicativo educativo para a apropriação cidadã dos Portais da Transparência**, as autoras *Elizabete de Araújo Souza* e *Rita Tourinho* propõem um aplicativo educativo gamificado, denominado Transparentópolis, concebido como protótipo conceitual para a capacitação cidadã no uso dos Portais da Transparência. A proposta fundamenta-se em princípios da gamificação, da aprendizagem baseada em problemas e da literacia cívica digital, utilizando narrativas territorializadas e desafios informacionais para mediar a relação entre dados públicos e compreensão social.

No artigo **Portais da transparência e portais de dados abertos no Brasil: evidências de uma institucionalização assimétrica nos governos estaduais**, os autores *Andrea Felipe Cabello* e *Guilherme Viana Ferreira* realizam uma avaliação sistemática e comparativa dos Portais da Transparência e dos Portais de Dados Abertos dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, com o objetivo de analisar se esses instrumentos apresentam padrões assimétricos de estabilidade operacional, estruturação dos dados e continuidade das informações disponibilizadas.

Em continuidade, no artigo **Governança de dados institucionais e desafios do governo aberto em universidades públicas**, os autores *Marcos Batista Figueredo*, *Leandro Brito Santos*, *Alana Silva Lima*, *Edpaula Moitinho dos Anjos* e *Taís Souza de Andrade* descreveram e compararam o grau de institucionalização da governança de dados abertos em universidades públicas baianas, a partir de categorias analíticas previamente definidas, identificando padrões de maturidade, lacunas organizacionais e desafios recorrentes à consolidação dessas iniciativas.

No artigo seguinte, **Governo aberto na política externa brasileira: práticas e limites da Lei de Acesso à Informação no Ministério das Relações Exteriores**, o autor *José Antonio Fogolari* analisa as dinâmicas institucionais da Lei de Acesso à Informação como prática de Governo Aberto na política externa brasileira, com o Ministério das Relações Exteriores como estudo de caso. O estudo conclui que o Governo Aberto na política externa brasileira avança de forma incremental e tensionada, revelando limitações recorrentes.

Já no artigo **The turning point of transparency: tradesececy claims and the restriction of RAIS database**, o autor *José Antonio Gouvêa Galhardo* examina, a partir de uma abordagem hermenêutica, a mudança interpretativa pela qual o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) passou a negar acesso à base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), historicamente aberta, sob a justificativa de segredo comercial.

No estudo subsequente **“É devagar, é devagar, é devagar, é devagar, devagarinho”**: **transparência e implementação da Lei de Acesso à Informação nos municípios do Recôncavo da Bahia**, as autoras *Evellin Souza Messias*, *Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro* e *Lys Maria Vinhaes Dantas* apresentam os resultados de um estudo que buscou identificar desafios para a implementação da LAI nos 19 municípios que

compõem o território do Recôncavo Baiano. O artigo contribui no aspecto teórico ao avançar na compreensão sobre a implementação da LAI em municípios de pequeno e médio porte, evidenciando que o desempenho em transparência não se associa necessariamente ao porte populacional. No plano prático, oferece subsídios para gestores públicos ao apontar desafios gerenciais para o aprimoramento da transparência e do controle social municipal.

No artigo **Entre o pedido e a resposta: transparência passiva e accountability no Poder Legislativo municipal do Seridó Potiguar**, as autoras *Isadora Maisa Dias da Silva* e *Luziana Maria Nunes de Queiroz* buscaram subsidiar reflexões e ajustes nas práticas administrativas relacionadas à gestão da informação pública, por meio da análise da efetividade da transparência passiva no Poder Legislativo municipal da região do Seridó Potiguar.

Encerrando o dossiê especial, no artigo **Governo aberto no Brasil e variáveis institucionais: uma revisão de escopo das relações com participação cidadã, cooperação interfederativa e equilíbrio fiscal**, os autores *Silvia Karina Alves Barros Cardoso*, *Bruna Hamerski*, *Antônio Sérgio Araújo Fernandes* e *Alex Bruno do Nascimento* identificaram enfoques predominantes e vazios teóricos na literatura nacional e internacional sobre governo aberto a partir de uma busca sistemática nas bases SciELO, Scopus e Web of Science.

Os trabalhos seguintes são provenientes do fluxo contínuo de submissão.

No artigo **Artificial intelligence in public management: risks, global measures, and the brazilian context**, o autor *Pedro Luiz Costa Cavalcante* examina os impactos potenciais da IA na qualidade dos serviços, na equidade e na integridade pública nos processos decisórios governamentais e nos resultados das políticas públicas. Seus achados indicam que, embora o país tenha avançado na adoção inicial da IA, persistem lacunas importantes na institucionalização de mecanismos de responsabilização, cuja superação é essencial para promover uma IA responsável, confiável e centrada no ser humano no setor público.

No artigo **As aparências enganam? uma análise sobre as táticas de gerenciamento de impressão utilizadas nas defesas das prestações de contas públicas anuais dos municípios**, os autores *Dimmitre Morant Viera Gonçalves Pereira* e *Fátima de Souza Freire*, analisam o uso retórico de táticas de construção de imagem, conhecidas na literatura como gerenciamento de impressão, nas respostas das prefeituras dos municípios pernambucanos aos apontamentos dos órgãos de controle na análise de prestação de contas públicas anuais.

Esta edição é finalizada com o trabalho **Acordos de leniência celebrados pela Controladoria-Geral da União em coordenação com autoridades norte-americanas e medidas para se evitar acúmulo de sanções**, em que *Matheus Bredt de Menezes* avalia os acordos de leniência sob a perspectiva das sanções impostas por cada país, para fins de verificar se há medidas adotadas para se evitar a sobreposição de sanções e, em caso afirmativo, se são suficientes. Sua pesquisa conclui que as medidas implementadas, embora atenuem o problema, não eliminam integralmente a possibilidade de acúmulo de sanções, tornando necessária maior harmonização procedimental para fortalecer a segurança jurídica e o incentivo à colaboração de pessoas jurídicas.

Após estas breves páginas introdutórias, esperamos que esta edição contribua para o estado da arte sobre o tema e auxilie investigadores, docentes, discentes e agente públicos no desafio do desenho, implementação e avaliação de práticas alinhadas ao Governo Aberto nas organizações públicas.

Boa leitura!

Referências:

- Breláz, G. de, Dias, T. F., Reinecke, L. F. G., Nascimento, A. B. F. M. do, & Rodrigues, D. C. (2025). Governo Aberto: Caminhos para transparência, dados abertos, participação, colaboração e accountability. *Cadernos Gestão Pública E Cidadania*, 30, e92960. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v30.92960>
- Calderón, C., & Lorenzo, S. (2010). *Open government*. Editora Algon Editores/MMX.
- Gil-Garcia, J. R., Gasco-Hernandez, M., & Pardo, T. A. (2020). Beyond transparency, participation, and collaboration? A reflection on the dimensions of open government. *Public Performance & Management Review*, 43(3), 483–502. <https://doi.org/10.1080/15309576.2020.1734726>
- Ingrams, A., Piotrowski, S., & Berliner, D. (2020). Learning from our mistakes: Public management reform and the hope of open government. *Perspectives on Public Management and Governance*, 3(4), 257-272. <https://doi.org/10.1093/ppmgov/gvaa001>
- Oszlak, O. (2014). Gobierno abierto: Hacia un nuevo paradigma de gestión pública. In E. Kaufman & O. Oszlak (Eds.), *Teoría y práctica del gobierno abierto: Lecciones de la experiencia internacional* (pp. 5–58). IDRC, Red GEALC, & OEA. <http://repositorio.cedes.org/handle/123456789/4285>
- Oszlak, O. (2022). Perspectivas del Estado abierto en la era exponencial, a la luz de la experiencia latinoamericana. *Revista Del CLAD Reforma Y Democracia*, 82, 73-114. <https://doi.org/10.69733/clad.ryd.n82.a284>

**Thiago Ferreira Dias**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0749-5654>

thiago.ferreira.dias@ufrn.br

**Fernanda Campagnucci Pereira**

InternetLab
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0407-087X>

fernanda@internetlab.org.br

**Mário Vinícius Claussen Spinelli**

Fundação Getúlio Vargas
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2988-3510>

mario.spinelli@fgv.br

**César Nicandro Cruz-Rubio**

Universidad Carlos III de Madrid
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2881-9056>

cesar.cruz.rubio@gigapp.org

**Antônio Marconi Lemos da Silva**

Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7956-0005>

marconi.lemos@cge.ce.gov.br